

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

23/01/2016

Folha de S. Paulo

Entrevista - Cristiano Martins

Folha de S. Paulo - 23/01/2016

FILHO NÃO TEM OBRIGAÇÃO DE ABRIR DADOS, DIZ ADVOGADO

Cristiano Martins afirma que Luis Cláudio não deve revelar contas de suas empresas só por ter Lula como pai

O criminalista Cristiano Martins diz que a Operação Zelotes abandonou o foco nas fraudes no **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) para abraçar a agenda política de atingir o ex-presidente Lula e seus familiares. Martins defende o filho do petista, Luis Cláudio Lula da Silva, empresário de marketing esportivo e dono do torneio de futebol americano Touchdown. Ele é investigado porque uma de suas empresas, a LFT, recebeu R\$ 2,5 milhões da Marcondes & Mautone (M&M), do lobista Mauro Marcondes, preso sob acusação de negociar a edição de uma medida provisória que beneficiou montadoras.

Folha - Se há certeza que Luis Cláudio trabalhou para a M&M e não cometeu irregularidades, porque não abrem os dados que comprovam isso?

Cristiano Martins - Estamos falando de uma atividade empresarial privada e lícita. Não é porque ele é o filho do Lula que tem que abrir todos os dados para a imprensa. Se instado pelas autoridades ele o fará, como já o fez. Mas Luis Cláudio tem direito à proteção empresarial, até por uma questão da competitividade.

Há preocupação com a possibilidade de Marcondes fazer uma delação premiada?

Cabe a ele a decisão. Entregamos à PF provas de que houve prestação de serviço, interrompida com a prisão de Marcondes, e que o dinheiro foi aplicado na liga de futebol americano, a Touchdown. Só quero destacar que há um habeas corpus de dois meses atrás em favor de Cristina Marcondes, mulher do Mauro, que já faz relação entre a prisão dela e a necessidade de fazer referências a familiares do ex-presidente Lula.

Como avalia a Zelotes?

Ela nasceu para apurar um suposto desvio de R\$ 19 bilhões em fraudes no **Carf**, mas virou um instrumento de perseguição e de tentativa de incriminar o Luis Cláudio para atingir o Lula.

Seu cliente pode ser preso?

Arbitrariedades ocorrem, mas não acredito que um juiz teria coragem de determinar uma nova medida invasiva. Há um tempo grande de investigação, providências como interceptação, prisão, e não conseguiram provas ligando ele às medidas provisórias. A suspeita é oca.

Luis Cláudio desenvolveu para o lobista o projeto de um ônibus para viajar na Copa?

Marcondes tinha a ideia de colocar um ônibus para rodar o país em grandes eventos esportivos adesivado com marcas. Luis Cláudio avaliou que a aceitação, no caso da Copa, não estava tão boa quanto em momentos anteriores e que o resultado poderia não ser o esperado. A avaliação fez parte de um dos relatórios desenvolvidos por ele sobre projeção de marcas em eventos esportivos. Além desse, ele entregou mais três relatórios sobre marketing esportivo.

A PF passou a investigar a relação entre o pagamento a Luis Claudio com a comprados caças suecos pelo governo.

Claramente esvaziaram-se todas as outras teses que foram apresentadas e estão tentando criar um novo factóide.

O que diz sobre a conclusão da polícia de que os relatórios apresentados pelo seu cliente são baseado sem informações copiadas da internet?

Esses dados que a PF coloca como copia da Wikipédia correspondem a 5% do que foi apresentado. E eram dados objetivos, como as dimensões de um estádio. Não se pode tomar informações objetivas como um plágio.

O Estado de S.Paulo

PF investiga se compra de caças rendeu pagamentos de lobista a filho de Lula

O Estado de S. Paulo - 23/01/2016

ZELOTES

Polícia Federal questiona ex-presidente sobre suposta relação entre Luís Cláudio Lula da Silva e lobista Mauro Marcondes, que participou de negociação para a compra dos aviões suecos; depoimento do petista fez parte de inquérito que apura edição de MPs

Fábio Fabrini, Andreza Matais / Brasília

A Polícia Federal suspeita que os pagamentos a Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula, estejam relacionados à suposta compra de medidas provisórias investigada pela Operação Zelotes, e também ao negócio dos caças suecos Gripen, da Saab, conduzido pela Força Aérea Brasileira e fechado pelo governo federal na primeira gestão Dilma Rousseff.

Em depoimento à Polícia Federal no inquérito que apura a suposta compra de MPs no governo federal, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva negou que tivesse ocorrido eventual "combinação" com empresários para viabilizar normas de interesse de montadoras de veículos em sua gestão. Disse ainda que, se tivesse ocorrido, isso seria "coisa de bandido".

Em dez páginas de declarações aos investigadores da Operação Zelotes, antecipadas ontem pelo estadão.com, o petista afirmou que não foi avisado pelo filho, o empresário Luís Cláudio Lula da Silva, de que ele havia sido contratado por R\$ 2,5 milhões por um dos lobistas acusados de operar esquema de lobby e corrupção para favorecer o setor automobilístico. No mesmo termo, a PF indicou que há suspeitas de que os repasses a Luís Cláudio podem também estar relacionados à compra de caças pela Aeronáutica.

Lula depôs à PF no dia 6 de janeiro, em Brasília, como informante, em inquérito que apura suspeitas de que os pagamentos a Luís Cláudio têm relação com a edição das MPs. Os valores foram repassados entre 2014 e 2015 à LFTMarketing Esportivo, que pertence ao empresário, pela Marcondes e Mautoni Empreendimentos, que tem como sócios os lobistas de montadoras Mauro Marcondes Machado e sua mulher, Cristina Mautoni. Os dois estão presos.

Embora tenha afirmado que conhece o lobista desde a década de 1970, Lula contou que não houve "qualquer contato" do filho "quando da contratação" feita pela consultoria dele. O ex-presidente sustentou que não tem qualquer tipo de relacionamento financeiro com a LFT e que nunca indicou ou foi demandado a indicar "potenciais clientes ao seu

filho". Acrescentou ainda não saber dizer quando Mauro Marcondes e sua mulher conheceram Luís Cláudio.

Bandido. O ex-presidente foi questionado pela PF sobre arquivo encontrado no computador da empresa de Marcondes, no qual estavam registradas as seguintes informações sobre a MP 512/2010, sob suspeita de ter sido comprada. "O declarante diz que "combinação", nesse sentido pejorativo, é "coisa de bandido" e que não ocorreu", conforme trecho do depoimento à PF. O ex-presidente disse ter se reunido algumas vezes com o ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos, que levou o dirigente da Fiat na América Latina Cledorvino Belini. Disse que foram esclarecidos os benefícios da instalação da fábrica da montadora em Pernambuco e, a partir daí, as discussões transcorreram em setores técnicos dos ministérios.

O ex-presidente assegurou que "nunca" recebeu "qualquer tipo de proposta indevida ou vantagem financeira para que propusesse alguma medida provisória e que ninguém teria coragem de lhe fazer uma proposta dessas". Ele "fez questão de registrar", conforme transcrição da PF, que não recebia lobistas e que "tanto ele quanto seus parentes jamais exerceram lobby ou consultoria empresarial".

Sobre as conferências que faz no Brasil e no exterior, muitas pagas por empresas, alegou que são sempre em defesa do interesse nacional, e que tomou como "decisão de honra" não interferir na gestão do novo governo.

Caças. A PF suspeita de que os pagamentos ao filho do ex-presidente tenham relação não só com a edição das normas, mas também com a compra dos caças suecos Gripen, da Saab, pela Força Aérea Brasileira (FAB).

Perguntado se os repasses a Luís Cláudio Lula da Silva foram "alguma contraprestação por serviços prestados" pelo ex-presidente "à Saab para que essa viesse a vencer a concorrência para a compra dos caças", Lula respondeu que "nega veementemente e considera essa hipótese um absurdo, já que nunca teve atuação relacionada a esse assunto".

O delegado Marlon Cajado também quis saber se os valores pagos a Luís Cláudio seriam "em decorrência da elaboração de medidas provisórias por ele, enquanto presidente, ou para influenciar em "vetos" ou "não vetos" a emendas em medidas provisórias". Lula afirmou que considera essa hipótese "outro absurdo, uma vez que as medidas provisórias seguiram todo o trâmite regular dentro do poder Executivo e foram aprovadas pelas duas casas do Congresso Nacional".

O lobista Mauro Marcondes também foi representante do grupo que controla a Saab. Documentos apreendidos pela PF, revelados pelo Estado, indicam que ele fez gestões junto ao governo federal pela compra dos caças.

Lula foi questionado sobre documentos apreendidos na Marcondes e Mautoni que faziam menção a tratativas com o ex-presidente e o Instituto Lula para favorecer a Saab. Um deles citava uma "solicitação da empresa sueca para que o ex-presidente levasse seu apoio à contratação da Saab para a presidente Dilma". O ex-presidente disse que "nunca recebeu ou levou esse assunto ao conhecimento da presidente". E ressaltou que "nunca discutiu com Dilma" sobre a contratação dos jatos para a Aeronáutica.

Depoimento. O ex-presidente prestaria novo depoimento à Zelotes na segunda-feira, desta vez como testemunha arrolada por um dos réus do caso das MPs, o lobista Alexandre Paes dos Santos, o APS. Mas conseguiu ser dispensado ontem, após sua defesa apresentar uma petição ao juiz da 10ª Vara Federal em Brasília, Vallisney de Souza Oliveira.

Na peça, seus advogados argumentaram que o ex-presidente já havia prestado depoimento sobre o caso à PF, não tendo nada mais a acrescentar sobre o assunto. O advogado de APS foi consultado e aceitou cancelar a audiência com Lula, o

que foi deferido pelo magistrado. "Referido depoimento responde de maneira clara a questionamentos feitos pela autoridade policial", justificou a defesa de APS.

Ontem, a Justiça Federal começaria a ouvir 98 testemunhas de defesa do caso, mas a sessão foi adiada porque um dos 15 réus não havia sido intimado. Por lei, é necessário convocar todos a participar. Ninguém foi ouvido, mas houve bate-boca entre integrantes da defesa e da acusação.

Zelotes mira na "compra" de MPs

Deflagrada em março de 2015, a Operação Zelotes desarticulou esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Ligado ao Ministério da Fazenda, o Carf é uma espécie de "tribunal" que julga recursos de grandes contribuintes contra multas aplicadas pela Receita Federal. Em 1º outubro, reportagem do Estado revelou que os mesmos investigados da operação também haviam atuado num esquema de lobby destinado a "comprar" medidas provisórias que prorrogaram incentivos fiscais à montadoras de veículos. Em 26 de outubro, uma nova fase da Zelotes é deflagrada e tem como foco o esquema revelado pelo jornal. Lobistas foram presos. A Justiça já aceitou denúncia contra 15 réus envolvidos no esquema da compra de MPs.

Petista nega ter admitido venda de medidas

O Instituto Lula divulgou ontem nota, assinada pelo assessor José Chrispiniano, na qual questionou as reportagens do portal estadão.com sobre o depoimento do ex-presidente Lula. De acordo com o instituto, Lula nunca admitiu ter havido compra de medidas provisórias durante seu governo ou ter conversado com lobistas sobre a edição das medidas. Conforme a assessoria do ex-presidente, Lula "chamou de "coisa de bandido" uma suposição levantada pelo delegado" que conduziu o depoimento.

"Lula jamais admitiu que tenha havido "compra de MPs" em seu governo ou que tenha tratado com lobistas sobre sua edição. O que ele chamou de "coisa de bandido" foi uma suposição levantada pelo delegado, que pediu a Lula para formular juízo sobre uma palavra "no sentido pejorativo". Isso fica bem claro na leitura do depoimento prestado por Lula ao delegado Marlon Cajado na condição de informante (nem como testemunha, nem como investigado) em 6 de janeiro deste ano, páginas 5 e 6", diz trecho da nota.

O Instituto Lula alega ainda que a partir da série de reportagens a Operação Zelotes, "num passe de mágica", se transformou em "uma devassa" em torno da contratação da LFT.

O estadão.com disponibilizou a íntegra do depoimento desde a publicação das primeiras reportagens ontem.

Jornal do Commercio – On Line - PE

Cunha planeja abrir investigação do CARF

A comissão parlamentar de inquérito será criada para investigar denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas

Após abrir o processo de impeachment e articular a desidratação da candidatura governista para a liderança do PMDB, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), mantém sob sigilo seus planos para o governo em 2016. Mas um item de sua ofensiva contra o Palácio do Planalto já está definido. Cunha vai criar a CPI do Carf.

A comissão parlamentar de inquérito será criada para investigar denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular os resultados dos

julgamentos pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais de casos de sonegação fiscal

O autor do requerimento de criação da CPI, João Carlos Bacelar (PR-BA), ficará com um dos postos de comando da comissão - a presidência ou a relatoria. O outro cargo ainda será negociado em fevereiro, quando terminar o recesso parlamentar. O deputado tem uma preferência. Acho que a relatoria é um trabalho mais técnico e estudei o tema, me aprofundei , afirmou.

Cunha é investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sob acusação de corrupção.

A prioridade da CPI, segundo Bacelar, é o sistema financeiro e o setor automotivo. Ele disse querer convocar executivos de bancos e montadoras para prestar depoimento à comissão. O envolvimento de políticos, no entanto, deve ficar de fora do alvo da CPI. Temos que ir primeiro em cima dos bancos, que deram origem a essa confusão toda. Depois, sistema automotivo. Acho que não temos que polemizar a política, de Lula, de Dilma , disse o autor do requerimento.

No ano passado, o Estado revelou suspeitas de compra de Medidas Provisórias (MPs) e pagamento de propina a integrantes do Carf. De acordo com investigações da Operação Zelotes, MPs teriam sido editadas durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva para favorecer montadoras de veículos.

Como a compra de MPs foi revelada apenas meses depois da apresentação do requerimento, o tema deve ficar de fora dos trabalhos da comissão, assim como ocorreu na CPI do Carf realizada no ano passado no Senado.

Senado. A CPI do Carf no Senado terminou em dezembro de 2015 recomendando o indiciamento de 28 pessoas, a maioria ex-conselheiros do Carf, lobistas e servidores públicos. Da base aliada ao governo, a relatora Vanessa Grazziotin (PC do B-AM) não pediu o indiciamento de nenhum político nem de suspeitos de participar da compra de medidas provisórias em 2009 e 2010 para favorecer o setor automotivo, entre eles o ex-ministro Gilberto Carvalho e Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula.

O presidente da CPI no Senado, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), pediu ao senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), suplente do colegiado, que apresentasse um relatório paralelo pedindo o indiciamento de pessoas envolvidas na compra das MPs. O voto em separado não chegou a ser analisado pelos senadores.

Gazeta On Line - ES

Cunha vai criar CPI do Carf em nova ofensiva contra o Planalto

23/01/2016

A CPI será criada para investigar denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas

Após abrir o processo de impeachment e articular a desidratação da candidatura governista para a liderança do PMDB, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), mantém sob sigilo seus planos para o governo em 2016. Mas um item de sua ofensiva contra o Palácio do Planalto já está definido. Cunha vai criar a CPI do Carf.

A comissão parlamentar de inquérito será criada para investigar denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular os resultados dos julgamentos pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais de casos de sonegação fiscal.

O autor do requerimento de criação da CPI, João Carlos Bacelar (PR-BA), ficará com um dos postos de comando da comissão - a presidência ou a relatoria. O outro cargo ainda será negociado em fevereiro, quando terminar o recesso parlamentar. O deputado tem uma preferência. Acho que a relatoria é um trabalho mais técnico e estudei o tema, me aprofundei, afirmou.

Cunha é investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sob acusação de corrupção.

A prioridade da CPI, segundo Bacelar, é o sistema financeiro e o setor automotivo. Ele disse querer convocar executivos de bancos e montadoras para prestar depoimento à comissão. O envolvimento de políticos, no entanto, deve ficar de fora do alvo da CPI. Temos que ir primeiro em cima dos bancos, que deram origem a essa confusão toda. Depois, sistema automotivo. Acho que não temos que polemizar a política, de Lula, de Dilma, disse o autor do requerimento.

No ano passado, o Estado revelou suspeitas de compra de Medidas Provisórias (MPs) e pagamento de propina a integrantes do Carf. De acordo com investigações da Operação Zelotes, MPs teriam sido editadas durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva para favorecer montadoras de veículos.

Como a compra de MPs foi revelada apenas meses depois da apresentação do requerimento, o tema deve ficar de fora dos trabalhos da comissão, assim como ocorreu na CPI do Carf realizada no ano passado no Senado.

Senado. A CPI do Carf no Senado terminou em dezembro de 2015 recomendando o indiciamento de 28 pessoas, a maioria ex-conselheiros do Carf, lobistas e servidores públicos. Da base aliada ao governo, a relatora Vanessa Grazziotin (PC do B-AM) não pediu o indiciamento de nenhum político nem de suspeitos de participar da compra de medidas provisórias em 2009 e 2010 para favorecer o setor automotivo, entre eles o ex-ministro Gilberto Carvalho e Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula.

O presidente da CPI no Senado, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), pediu ao senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), suplente do colegiado, que apresentasse um relatório paralelo pedindo o indiciamento de pessoas envolvidas na compra das MPs. O voto em separado não chegou a ser analisado pelos senadores.

Exame On Line

CPI virou plataforma de negócios no Congresso, diz senador

23/01/2016

O ano legislativo de 2015 foi considerado muito melancólico para diversos parlamentares, notadamente aqueles que não integram tanto a base aliada quanto a oposição plena no Congresso Nacional.

Um deles é o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Ex-integrante do PSOL, ele esteve envolvido em algumas iniciativas que, por tanto incomodar alguns setores, chegaram a empurrá-lo para a Operação Lava Jato.

Em dezembro, foi noticiado que a delação premiada de Carlos Alexandre de Souza Rocha, o Ceará, que trabalhava como entregador de dinheiro para Alberto Youssef, conteria o nome de Randolfe como um 'beneficiário' do esquema de corrupção. Ceará disse ter ouvido que o doleiro havia feito o repasse de R\$ 200 mil ao senador, o que foi negado por Youssef. Assim, o ministro relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), Teori Zavascki, determinou o arquivamento da petição que poderia resultar em uma investigação contra Rodrigues.

"A corrupção atingiu índices épicos no Brasil, lamentavelmente. Mas é importante dizer que ela não foi inventada pelo PT, ela já existia antes. O Congresso não tem avançado neste tema que é o combate à corrupção, porque aqui encontra um cumpliciamento justamente com a corrupção", disse o senador da Rede, em entrevista ao HuffPost Brasil. Quanto à citação na Lava Jato, ele prometeu "ir até as últimas consequências" por uma reparação.

Parte do incômodo que Randolfe causa a outros parlamentares está no fato de ele ter exposto a sua intenção em pedir a cassação de todo senador que vier a ser indiciado pela Lava Jato - um colega de legislatura, o petista Delcídio do Amaral (MS), continua preso e ainda corre o risco de ser cassado pelo Conselho de Ética do Senado.

Outros, como o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), também são alvo das investigações da operação.

'Balcão de negócios'

Mais do que a conduta de certos senadores, só mesmo as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) mexem com o humor de Randolfe. Ele integra ou integrou pelo menos duas comissões que tinham o combate à corrupção como meta: a CPI do HSBC e a CPI do Carf. Em ambas, os resultados ficaram aquém do esperado até o momento (a segunda já foi concluída), o que para ele indicou a existência de uma 'plataforma de negócios'.

Mais do que a conduta de certos senadores, só mesmo as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) mexem com o humor de Randolfe. Ele integra ou integrou pelo menos duas comissões que tinham o combate à corrupção como meta: a CPI do HSBC e a CPI do Carf. Em ambas, os resultados ficaram aquém do esperado até o momento (a segunda já foi concluída), o que para ele indicou a existência de uma 'plataforma de negócios'.

"Do ponto de vista do Congresso o ano de 2015 foi uma lástima. Na Câmara, o presidente Eduardo Cunha (PMDB-RJ) não teve legitimidade nenhuma para tocar qualquer procedimento de investigação. O Senado não ficou atrás, a CPI do HSBC prometia, mas houve uma enorme prática de buscar um acordo, pressionado pelo poder econômico. A do Carf foi a mesma coisa, não profundamos na questão de compras de medidas provisórias. As CPIs no Congresso, a maioria dos escândalos das duas Casas, se transformam em plataforma de negócio para alguns."

Na semana passada, após a entrevista concedida ao HuffPost Brasil, Randolfe mostrou-se mais animado com os rumos da CPI do HSBC, que a princípio não chegaria a 30 de abril, data prevista para o término dos trabalhos - uma antecipação do fim da comissão havia sido aprovada em dezembro. O motivo: a Justiça da França permitiu o acesso a toda a documentação referente aos correntistas da filial do banco em Genebra, na Suíça.

Publicidade

"Agora a CPI tem tudo para avançar nas suas investigações e para ter conclusões eficazes. Primeiro, confirmaremos os brasileiros que tinham contas nessa agência. Segundo, vamos apurar quais dessas contas poderiam ser irregulares em relação à legislação brasileira", afirmou o senador da Rede à Agência Senado.

No chamado Swissleaks, foi revelado que mais de oito mil brasileiros possuem ou possuíram contas no banco em terras suíças, com a suspeita de até US\$ 7 milhões enviados do Brasil sem prestação de contas.

Com as informações, pelo menos uma CPI pode tentar quebrar a lógica criticada pelo senador. "Fui procurado por pessoas que estavam sendo investigadas, houve muita pressão para que esta CPI fosse encerrada. Chegamos a votar pela quebra de sigilo dessas pessoas, para depois suspendermos essa decisão. Alguém se deu bem, alguém negociou essa

pressão e ninguém me convence que foram os interesses da sociedade", emendou Randolfe.

Além da CPI do HSBC, o senador é um dos líderes da CPMI das Armas, que promete investigar o alto índice de homicídios no Brasil e de quem são os interesses por trás da pressão pelo afrouxamento do Estatuto do Desarmamento, este perto de ser levado ao plenário da Câmara dos Deputados, antes de chegar ao Senado.

O parlamentar ainda promete buscar assinaturas para uma outra CPMI, que trate da venda de medidas provisórias. Sem 'acabar em pizza', ele espera. "Aqui as organizações de pizzas costumam ser suprapartidária, sem fazer distinção de quem é governo e de quem é oposição", ironizou

Folha Max

Lula nega ter admitido venda de medidas

23/01/2016

O Instituto Lula divulgou uma nota, assinada por José Chrispiniano, na qual diz que o jornal O Estado de S.Paulo 'distorceu' o teor do depoimento do ex-presidente à Polícia Federal.

Segundo o Instituto, Lula nunca admitiu ter havido compra de Medidas Provisórias durante seu governo ou ter conversado com lobistas sobre a edição das medidas. Conforme a assessoria do ex-presidente, Lula 'chamou de 'coisa de bandido' uma suposição levantada pelo delegado' que conduziu o depoimento.

O Instituto Lula alega ainda que a partir da série de reportagens do jornal O Estado de S.Paulo que revelou o suposto esquema de venda de MPs, a Operação Zelotes, 'num passe de mágica', se transformou em 'uma devassa' em torno da contratação da LFT, empresa pertencente a Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente, pela Marcondes e Mautoni, empresa investigada pela PF.

Em sua desesperada campanha para envolver o nome do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em atos ilícitos que jamais foram cometidos, O Estado de S.Paulo voltou hoje (22) a manipular informações sobre a edição de medidas provisórias dirigidas ao desenvolvimento regional.

Lula jamais admitiu que tenha havido 'compra de MPs' em seu governo ou que tenha tratado com lobistas sobre sua edição. O que ele chamou de 'coisa de bandido' foi uma suposição levantada pelo delegado, que pediu a Lula para formular juízo sobre uma palavra 'no sentido pejorativo'.

Isso fica bem claro na leitura do depoimento prestado por Lula ao delegado Marlon Cajado na condição de informante (nem como testemunha, nem como investigado) em 6 de janeiro deste ano, páginas 5 e 6:

(...) apresentado ao Documento 04, o qual trata de trecho encontrado em material computacional do escritório da Marcondes e Mautoni, que trata da MP 512/2010, afirmando que, 'a MP foi combinada entre o pessoal da Fiat, o presidente Lula e o governador Eduardo Campos, e perguntado se a informação procede, o declarante Lula diz que 'combinação', nesse sentido pejorativo, é 'coisa de bandido' e que não ocorreu, esclarecendo que se reuniu algumas vezes com o então governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos, o qual levou Beline Cledorvino Belini, presidente da Fiat América Latina e presidenta da Anfavea de 2010 a 2013, não se recordando se ele estava na condição de representante da Fiat e/ou de presidente da Anfavea, e que foram esclarecidos os benefícios da construção da fábrica da Fiat em Pernambuco (...)

No mesmo depoimento, Lula esclareceu que as MPs 471/2009 e 512/2010 foram debatidas com governadores, líderes políticos, sindicais e empresariais dos Estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, para prorrogar e estender a novos projetos os incentivos fiscais estabelecidos desde 1997 e 1999 às indústrias automotivas e de autopeças nestas regiões.

Desde 10. de outubro de 2015, O Estado de S. Paulo vem tecendo uma rede de desinformação sobre estas MPs, sonogando ou falseando dados sistematicamente, em prejuízo de Lula, de seus familiares e dos leitores. A obsessão do jornal é vincular a edição das MPs (ou qualquer ato do ex-presidente Lula) a um suposto favorecimento a empresas e escritórios de lobby e consultoria.

Mesmo tendo sido informada que a empresa LFT, de Luiz Cláudio Lula da Silva, só foi contratada para prestar serviços à Marcondes e Mautoni em 2014, a reportagem do Estado omitiu deliberadamente este fato e associou o contrato à MP editada em 2009, cinco anos antes.

Exposta publicamente esta incongruência, o jornal tentou vincular o contrato à compra dos caças suecos Gripen, decidida pelo governo brasileiro em dezembro de 2013, quando Lula não era mais presidente da República.

As duas hipóteses foram negadas por Lula, por serem absurdas, como se pode conferir na íntegra do termo de depoimento do ex-presidente à Polícia Federal, que está neste link: <http://www.institutolula.org/estadoo-distorce-depoimento-de-lula>.

As notícias manipuladas do Estadão levaram o jornal a acreditar em seus próprios delírios, a ponto de afirmar que 'o esquema (de compra de medidas provisórias), que resultou na Operação Zelotes, foi revelado numa série de reportagens do Estado em outubro'.

Só Que Não

A Operação Zelotes foi deflagrada em março de 2015, a partir de investigações iniciadas em 2015, que apontaram o favorecimento de grandes empresas (inclusive do setor de comunicação) em decisões do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf). Os desvios seriam da ordem de R\$ 19 bilhões.

A partir da 'série de reportagens' do Estadão, como num passe de mágica, a Operação Zelotes se transformou numa devassa em torno do contrato da LFT com a Marcondes e Mautoni, e o desvio de R\$ 19 bilhões sumiu do noticiário. A manipulação de hoje no portal do Estadão é mais um nó nessa teia de intriga e desinformação.

Notibras

Instituto Lula escancara Estadão, que vê chifre em cabeça de cavalo

23/01/2016

No início da noite desta sexta-feira, 22, o Instituto Lula divulgou uma nota, assinada por José Chrispiniano, na qual diz que o jornal O Estado de S.Paulo "distorceu" o teor do depoimento do ex-presidente à Polícia Federal.

Segundo o Instituto, Lula nunca admitiu ter havido compra de Medidas Provisórias durante seu governo ou ter conversado com lobistas sobre a edição das medidas. Conforme a assessoria do ex-presidente, Lula "chamou de 'coisa de bandido' uma suposição levantada pelo delegado" que conduziu o depoimento.

O Instituto Lula alega ainda que a partir da série de reportagens do jornal O Estado de S.Paulo que revelou o suposto esquema de venda de MPs, a

Operação Zelotes, "num passe de mágica", se transformou em "uma devassa" em torno da contratação da LFT, empresa pertencente a Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente, pela Marcondes e Mautoni, empresa investigada pela PF.

Leia a nota - Em sua desesperada campanha para envolver o nome do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em atos ilícitos que jamais foram cometidos, O Estado de S.Paulo voltou hoje (22) a manipular informações sobre a edição de medidas provisórias dirigidas ao desenvolvimento regional.

Lula jamais admitiu que tenha havido "compra de MPs" em seu governo ou que tenha tratado com lobistas sobre sua edição. O que ele chamou de "coisa de bandido" foi uma suposição levantada pelo delegado, que pediu a Lula para formular juízo sobre uma palavra "no sentido pejorativo".

Isso fica bem claro na leitura do depoimento prestado por Lula ao delegado Marlon Cajado na condição de informante (nem como testemunha, nem como investigado) em 6 de janeiro deste ano, páginas 5 e 6:

(.) apresentado ao Documento 04, o qual trata de trecho encontrado em material computacional do escritório da Marcondes e Mautoni, que trata da MP 512/2010, afirmando que, "a MP foi combinada entre o pessoal da Fiat, o presidente Lula e o governador Eduardo Campos, e perguntado se a informação procede, o declarante [Lula] diz que "combinação", nesse sentido pejorativo, é "coisa de bandido" e que não ocorreu, esclarecendo que se reuniu algumas vezes com o então governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos, o qual levou Beline [Cledorvino Belini, presidente da Fiat América Latina e presidenta da Anfavea de 2010 a 2013], não se recordando se ele estava na condição de representante da Fiat e/ou de presidente da Anfavea, e que foram esclarecidos os benefícios da construção da fábrica da Fiat em Pernambuco (.)

No mesmo depoimento, Lula esclareceu que as MPs 471/2009 e 512/2010 foram debatidas com governadores, líderes políticos, sindicais e empresariais dos Estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, para prorrogar e estender a novos projetos os incentivos fiscais estabelecidos desde 1997 e 1999 às indústrias automotivas e de autopeças nestas regiões.

Desde 10. de outubro de 2015, O Estado de S. Paulo vem tecendo uma rede de desinformação sobre estas MPs, sonogando ou falseando dados sistematicamente, em prejuízo de Lula, de seus familiares e dos leitores. A obsessão do jornal é vincular a edição das MPs (ou qualquer ato do ex-presidente Lula) a um suposto favorecimento a empresas e escritórios de lobby e consultoria.

Mesmo tendo sido informada que a empresa LFT, de Luiz Cláudio Lula da Silva, só foi contratada para prestar serviços à Marcondes e Mautoni em 2014, a reportagem do Estado omitiu deliberadamente este fato e associou o contrato à MP editada em 2009, cinco anos antes.

Exposta publicamente esta incongruência, o jornal tentou vincular o contrato à compra dos caças suecos Grippen, decidida pelo governo brasileiro em dezembro de 2013, quando Lula não era mais presidente da República.

As duas hipóteses foram negadas por Lula, por serem absurdas, como se pode conferir na íntegra do termo de depoimento do ex-presidente à Polícia Federal, que está neste link: <http://www.institutolula.org/estadoo-distorce-depoimento-de-lula>.

As notícias manipuladas do Estadão levaram o jornal a acreditar em seus próprios delírios, a ponto de afirmar que "o esquema (de compra de medidas provisórias), que resultou na Operação Zelotes, foi revelado numa série de reportagens do Estado em outubro".

A Operação Zelotes foi deflagrada em março de 2015, a partir de investigações iniciadas em 2015, que apontaram o favorecimento de grandes

empresas (inclusive do setor de comunicação) em decisões do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) Os desvios seriam da ordem de R\$ 19 bilhões.

A partir da "série de reportagens" do Estadão, como num passe de mágica, a Operação Zelotes se transformou numa devassa em torno do contrato da LFT com a Marcondes e Mautoni, e o desvio de R\$ 19 bilhões sumiu do noticiário. A manipulação de hoje no portal do Estadão é mais um nó nessa teia de intriga e desinformação.

24/01/2016

O Estado de S.Paulo

Deputado planeja abrir investigação do **Carf**

O Estado de S. Paulo - 24/01/2016

CPI é mais um item da ofensiva do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), contra o Planalto definido para a volta do recesso

Daniel Carvalho

Após abrir o processo de impeachment e articular a desidratação da candidatura governista para a liderança do PMDB, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDBRJ), mantém sob sigilo seus planos para o governo em 2016. Mas um item de sua ofensiva contra o Palácio do Planalto já está definido. Cunha vai criar a CPI do **Carf**. A comissão parlamentar de inquérito será criada para investigar denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular os resultados dos julgamentos pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais de casos de sonegação fiscal.

O autor do requerimento de criação da CPI, João Carlos Bacelar (PR-BA), ficará com um dos postos de comando da comissão— a presidência ou a relatoria. O outro cargo ainda será negociado em fevereiro, quando terminar o recesso parlamentar. O deputado tem uma preferência. "Acho que a relatoria é um trabalho mais técnico e estudei o tema, me aprofundei", afirmou. Cunha é investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sob acusação de corrupção. A prioridade da CPI, segundo Bacelar, é o sistema financeiro e o setor automotivo. Ele disse querer convocar executivos de bancos e montadoras para prestar depoimento à comissão.

O envolvimento de políticos, no entanto, deve ficar de fora do alvo da CPI. "Temos que ir primeiro em cima dos bancos, que deram origem a essa confusão toda. Depois, sistema automotivo. Acho que não temos que polemizar a política, de Lula, de Dilma", disse o autor do requerimento. No ano passado, o Estado revelou suspeitas de compra de Medidas Provisórias (MPs) e pagamento de propina a integrantes do **Carf**. De acordo com investigações da Operação Zelotes, MPs teriam sido editadas durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva para favorecer montadoras de veículos. Como a compra de MPs foi revelada apenas meses depois da apresentação do requerimento, o tema deve ficar de fora dos trabalhos da comissão, assim como ocorreu na CPI do **Carf** realizada no ano passado no Senado.

Senado.

A CPI do **Carf** no Senado terminou em dezembro de 2015 recomendando o indiciamento de 28 pessoas, a maioria ex-conselheiros do **Carf**, lobistas e servidores públicos. Da base aliada ao governo, a relatora Vanessa Grazziotin (PC do B-AM) não pediu o indiciamento de nenhum político nem de suspeitos de participar da "compra" de medidas provisórias em 2009 e 2010 para favorecer o setor automotivo, entre eles o ex-

ministro Gilberto Carvalho e Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula. O presidente da CPI no Senado, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), pediu ao senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), suplente do colegiado, que apresentasse um relatório paralelo pedindo o indiciamento de pessoas envolvidas na compra das MPs. O voto em separado não chegou a ser analisado pelos senadores.

Folha de S.Paulo

Coluna - Painei

Folha de S. Paulo - 24/01/2016

Natuza Nery

Painei :: Natuza Nery

De olho na toga

A corregedoria do Conselho Nacional de Justiça tem 404 procedimentos que investigam magistrados em todo o país. Do total, onze deles têm como alvo ministros de tribunais superiores, como o STJ, e 223 apuram infrações de desembargadores. Vinte casos já analisados e em que a corregedora Nancy Andrighi viu indícios concretos de faltas graves foram encaminhados ao plenário do CNJ desde agosto de 2014 para a instauração de processos administrativos disciplinares.

Bufunfa certa

A presidente Dilma Rousseff garante que serão desembolsados recursos expressivos para o desenvolvimento da vacina contra o vírus da zika. Segundo ela, o governo pedirá a cooperação dos Estados Unidos e de laboratórios estrangeiros para agilizar o processo. "Vamos gastar dinheiro aí. Bem gasto", afirmou.

Dilma x Aedes

Como a vacina leva anos para ficar pronta, será preciso enfrentar o mosquito. "É como uma guerra baseada na disputa da vigilância sanitária", disse.

Tensão

O governo está especialmente preocupado com as Olimpíadas do Rio. Um surto pode afugentar turistas e a presença de estrangeiros, espalhar o vírus.

Meu amigo Macri

Apesar da relação amistosa que mantinha com Cristina Kirchner, é em Mauricio Macri, novo presidente da Argentina, que Dilma deposita as maiores esperanças para deslanchar o acordo do Mercosul com a União Europeia. Segundo ela, Alemanha e Inglaterra já estão dentro.

Novelas em fim

A entrada do ministério da Fazenda nas conversas para salvar a Sete Brasil trouxe esperança aos sócios da empresa, mas não muita. A Petrobras quer cortar ainda mais o número de sondas contratadas. "Já se falou em cinco. Acho que conseguimos dez, no melhor dos cenários. O prejuízo será enorme", diz um acionista.

Ai que saudade

A encomenda era de 28 sondas. A estatal já baixara para 15.

Pra todo lado

A chance da Sete Brasil entrar em recuperação judicial é menor, mas ainda existe. Sem um acordo, porém, a briga na Justiça será sangrenta. "Será estaleiro processando a Sete. Sete processando Petrobras. Banco processando Sete. Nem o BNDES escapa", diz um credor.

Aquecendo

Deputados opositoristas estão animados com a disposição de Eduardo Cunha de instaurar na Câmara dos Deputados as CPIs do **Carf** e do Futebol. Ambas foram abertas no Senado. Mas eles acreditam que poderão aumentar a pressão contra o governo com o repeteco das comissões.

Habemus santo

Do deputado federal Bruno Araújo (PSDB-PE) sobre a declaração do ex-presidente Lula a blogueiros de que é o mais honesto dos mortais: "Do jeito que a coisa vai, é capaz dos companheiros pedirem ao Papa Francisco a canonização de Lula".

Reação

A deputada Eronildes Carvalho (PRB-BA) solicitou à OAB que atue para forçar a TV Globo a retirar do Big Brother Brasil uma esponja de cozinha que tem o formato de um homem negro com cabelo "black power". Dois desembargadores da Bahia também preparam ações.

Grande coisa

Um experiente tucano paulista diz não entender o esforço de João Doria, pré-candidato tucano à Prefeitura de SP, para cercar os secretários de Geraldo Alckmin. "E isso dá voto? Alguns são só técnicos. O Renato Villela (Fazenda) nem paulista é!", diz.

Contando likes

O deputado Ricardo Tripoli, último a se lançar candidato para as prévias tucanas e azarão na disputa, ficou todo pimpão ao constatar uma pequena vitória: chegou a 205.000 seguidores no Facebook. Bateu, assim, os adversários Andrea Matarazzo e João Doria e até o senador José Serra.

Folha – On Line

Conselho Nacional de Justiça investiga 404 magistrados atualmente no país

24/01/2016

De olho na toga A corregedoria do Conselho Nacional de Justiça tem 404 procedimentos que investigam magistrados em todo o país. Do total, onze deles têm como alvo ministros de tribunais superiores, como o STJ, e 223 apuram infrações de desembargadores. Vinte casos já analisados e em que a corregedora Nancy Andrighi viu indícios concretos de faltas graves foram encaminhados ao plenário do CNJ desde agosto de 2014 para a instauração de processos administrativos disciplinares.

Bufunfa certa A presidente Dilma Rousseff garante que serão desembolsados recursos expressivos para o desenvolvimento da vacina contra o vírus da zika. Segundo ela, o governo pedirá a cooperação dos Estados Unidos e de laboratórios estrangeiros para agilizar o processo. "Vamos gastar dinheiro aí. Bem gasto", afirmou.

Dilma x Aedes Como a vacina leva anos para ficar pronta, será preciso enfrentar o mosquito. "É como uma guerra baseada na disputa da vigilância sanitária", disse.

Tensão O governo está especialmente preocupado com as Olimpíadas do Rio. Um surto pode afugentar turistas e a presença de estrangeiros, espalhar o vírus.

Meu amigo Macri Apesar da relação amistosa que mantinha com Cristina Kirchner, é em Mauricio Macri, novo presidente da Argentina, que Dilma deposita as maiores esperanças para deslanchar o acordo do Mercosul com a União Europeia. Segundo ela, Alemanha e Inglaterra já estão dentro.

Novela sem fim A entrada do ministério da Fazenda nas conversas para salvar a Sete Brasil trouxe esperança aos sócios da empresa, mas não muita.

A Petrobras quer cortar ainda mais o número de sondas contratadas. "Já se falou em cinco. Acho que conseguimos dez, no melhor dos cenários. O prejuízo será enorme", diz um acionista.

Ai que saudade A encomenda era de 28 sondas. A estatal já baixara para 15.

Pra todo lado A chance da Sete Brasil entrar em recuperação judicial é menor, mas ainda existe. Sem um acordo, porém, a briga na Justiça será sangrenta. "Será estaleiro processando a Sete. Sete processando Petrobras. Banco processando Sete. Nem o BNDES escapa", diz um credor.

Aquecendo Deputados opositoristas estão animados com a disposição de Eduardo Cunha de instaurar na Câmara dos Deputados as CPIs do Carf e do Futebol. Ambas foram abertas no Senado. Mas eles acreditam que poderão aumentar a pressão contra o governo com o repeteco das comissões.

Habemus santo Do deputado federal Bruno Araújo (PSDB-PE) sobre a declaração do ex-presidente Lula a blogueiros de que é o mais honesto dos mortais: "Do jeito que a coisa vai, é capaz dos companheiros pedirem ao Papa Francisco a canonização de Lula".

Reação A deputada Eronildes Carvalho (PRB-BA) solicitou à OAB que atue para forçar a TV Globo a retirar do Big Brother Brasil uma esponja de cozinha que tem o formato de um homem negro com cabelo "black power". Dois desembargadores da Bahia também preparam ações.

Grande coisa Um experiente tucano paulista diz não entender o esforço de João Doria, pré-candidato tucano à Prefeitura de SP, para cercar os secretários de Geraldo Alckmin. "E isso dá voto? Alguns são só técnicos. O Renato Villela (Fazenda) nem paulista é!", diz.

Contando likes O deputado Ricardo Tripoli, último a se lançar candidato para as prévias tucanas e azarão na disputa, ficou todo pimpão ao constatar uma pequena vitória: chegou a 205.000 seguidores no Facebook. Bateu, assim, os adversários Andrea Matarazzo e João Doria e até o senador José Serra.

TIROTEIO

Os trabalhadores que investiram seu FGTS em ações da Petrobras não esperavam que tal poupança fosse parar nas mãos de ladrões.

De Roberto Freire (PPS-SP), deputado federal, sobre o esquema de corrupção descoberto na estatal e o preço das ações da petroleira, que não param de cair.

CONTRAPONTO

Vai que é tua

Em 2012, no início do segundo ano de seu primeiro mandato, a presidente Dilma Rousseff mandou chamar dois de seus mais próximos ministros.

Na antessala de seu gabinete, no terceiro andar do Palácio do Planalto, o titular da Justiça, José Eduardo Cardozo, esbarrou em Fernando Pimentel, então ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

- E aí, já tomou sua bronca do dia? - perguntou Cardozo, antecipando o mau humor da chefe.

Ao que Pimentel respondeu:

- Não, eu tomei a minha na semana passada. Agora é a sua vez! - disse, enquanto saía sorrindo.

25/01/2016

Correio Braziliense

MP denunciá lobistas que anistiará banco

Correio Braziliense - 25/01/2016

Brascan pagou R\$ 2,7 milhão a escritório investigado pela PF antes de conseguir anular débito de R\$ 220 milhões no Carf. Defesa afirma que serviço não foi

propina, mas apenas uma consultoria

EDUARDO MILITÃO

O Ministério Público pretende apresentar , no mês que vem, mais uma denúncia da Operação Zelotes. O alvo é a compra de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), do Ministério da Fazenda, que anistiou uma cobrança de impostos de R\$ 220,8 milhões do banco Brascan. Segundo o Correio apurou, os investigadores intencionam denunciar os lobistas Alexandre Paes Santos, o "APS", Edson Rodrigues e José Ricardo Silva, que atuava como conselheiro à época, e um outro ex-conselheiro. Ainda não está fechado se um executivo do banco e um outro lobista serão arrolados na denúncia. A Zelotes investiga um "consórcio" de operadores que comprava decisões no Executivo e no Legislativo, inclusive Medidas Provisórias, para obter anulação ou redução de impostos, com prejuízos estimados em R\$ 6 bilhões.

A tese dos investigadores é de que, no caso do Brascan, a propina para o grupo de lobistas e conselheiros foi de 1,5% do total anistiado. Em 22 de setembro de 2011, o banco fez um pagamento de R\$ 2,7 milhões na conta do escritório SGR, de José Ricardo Silva e seu pai, o ex-auditor da Receita Federal. A assessoria do banco Brascan, hoje Brookfield, não comentou o depósito com o Correio. O advogado de José Ricardo, Getúlio Humberto Barbosa de Sá, disse que ele foi feito por causa de uma consultoria prestada à instituição para embasar recurso contra a infração imposta pela Receita.

Fontes do caso ouvidas pela reportagem esclarecem que, mesmo quando havia a prestação do serviço, a Zelotes comprovou, por meio de mensagens, que a propina estava misturada com honorários advocatícios. Um deles relatou que a chamada "organização criminosa" do esquema não se arriscava em contestar débitos tributários que não tinham nenhuma chance de ser derrubados apenas com o oferecimento de dinheiro aos conselheiros. Segundo Barbosa de Sá, os valores pagos pelo Brascan bancaram uma consultoria feita pela SGR Consultoria Empresarial, dirigida então pelo pai de José Ricardo, o ex-secretário-adjunto da Receita Federal Eivany Antônio da Silva, também réu em uma das ações criminais da operação. "Fez uma consultoria absolutamente normal e lícita com relação a isso. Absolutamente normal esse valor depositado", disse o defensor. Com o parecer pronto, José Ricardo fez defesa perante o Carf, onde atuava como conselheiro. Barbosa de Sá afirma que o conselheiro atuou em uma câmara do conselho em que seu cliente não trabalhava. Mesmo assim, não havia problema ético, sustenta. "Temos que distinguir ético de legal. Ético é ético. Legal é legal. A lei permitia. Esse é o ponto."

À época, a lei não impedia os conselheiros do Carf de atuarem como advogados dentro e fora do colegiado. Depois da Operação Zelotes, o governo federal e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) mudaram as regras para evitar os conflitos éticos e de interesse dos denunciados. O Banco Brascan conseguiu reduzir sua multa em três instâncias. No Banco Central, na Receita e na Justiça Federal. "As decisões finais, nessas diferentes instâncias, foram todas favoráveis ao Banco Brascan por unanimidade", disse a assessoria ao jornal. Na Câmara Superior do Carf, o placar foi 10

a zero. No Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional do órgão, sete a zero. No TRF, diz a assessoria, três a zero.

Uma fonte ligada ao caso contou ao jornal que a defesa do Brascan alega que o diretor do banco que tratava com a SGR alegou desconhecer que a contratação da consultoria incluía propina para a compra das decisões no Conselho. Se a intenção em bancar subornos não for comprovada pelos delegados e procuradores, serão os lobistas que responderão pelo crime de corrupção ativa. A PF diz que APS é "sócio oculto" da SGR. O advogado Marcelo Leal nega. "A prova é um e-mail que ele fala de cadeiras. Ridículo", ironizou. "APS não tem nenhum envolvimento com o Carf." Leal afirmou ser a primeira vez em que seu cliente é relacionado caso Brascan. A reportagem não localizou a defesa de Edson Rodrigues.

"Temos que distinguir ético de legal. Ético é ético. Legal é legal. A lei permitia. Esse é o ponto" Getúlio Humberto de Sá, advogado do lobista e ex-consultor do Carf José Ricardo Silva, ao justificar porque ele defendeu o banco ao mesmo tempo em que julgava processos no Conselho R\$ 2,5 milhões Valor depositado na conta de um filho do ex-presidente Lula por réu da Zelotes

Desvios podem chegar a R\$ 6 bi

Correio Braziliense - 25/01/2016

A Operação Zelotes investiga um consórcio de lobistas que compra decisões do governo para obter anulação de multas, impostos e isenções fiscais para empresas. Ao todo, 70 empresas, como bancos, montadoras de automóveis, empreiteiras e emissoras de TV, estão na mira da Polícia Federal e do Ministério. Em cerca de 20 inquéritos, apura-se o desvio de quase R\$ 6 bilhões.

Além do Carf, eles identificaram a compra das Medidas Provisórias 471, 512 e 627 no governo e no Congresso, para beneficiar montadoras.

No caso da primeira norma, existe uma ação criminal contra 16 réus na 10ª Vara Federal de Brasília, sendo três executivos da Mitsubishi Motors Company, lobistas como José Ricardo e Eivany, e ex-servidores da Casa Civil e do Senado. A denúncia pede a condenação por organização criminosa, corrupção, lavagem de dinheiro e extorsão, perda dos cargos públicos e a cassação de aposentadoria dos servidores, além do pagamento de R\$ 881 milhões para reparação de danos aos cofres públicos.

O professor de educação física Luis Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é suspeito de participar do esquema após quebras de sigilo encontrarem depósitos de R\$ 2,5 milhões nas contas dele feitos pelo escritório do casal de consultores Mauro Marcondes e Cristina Mautoni, ambos réus na Justiça e que estão presos na Papuda. Ele é investigado num inquérito à parte, em relação à MP 627. (EM)

Valor On - Line

Procurador da Zelotes diz não entender por que PF ouviu Lula

25/01/2016

BRASÍLIA - O procurador da República Frederico Paiva, que atua na força-tarefa da Operação Zelotes, disse nesta segunda-feira não ter entendido os motivos de o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter prestado depoimento à Polícia Federal, uma vez que Lula não é investigado pela Zelotes.

No dia 6 de janeiro, Lula prestou depoimento à PF para esclarecer pontos sobre o suposto esquema de compra de medidas provisórias em seu governo e para falar sobre pagamento no valor de R\$ 2,5 milhões que a LFT Marketing Esportivo, empresa de seu filho Luís Cláudio, recebeu do escritório de advocacia Marcondes & Mautoni, cujos sócios estão presos desde outubro e são réus na Zelotes.

"Não entendi o motivo de o delegado ter ouvido o Lula neste caso", disse Paiva a jornalistas, durante intervalo das audiências de testemunhas de defesa dos réus da Zelotes. A sessão de audiências começou nesta manhã e deve se estender ao menos até quarta-feira. "Ele [Lula] não consta no rol de investigados. Em nenhum momento existe algum ato praticado por ele que tenha sido objeto [de investigação]".

Questionado sobre o que a PF queria saber de Lula, Paiva respondeu: "Tem que perguntar ao delegado, não para mim". Paiva disse ainda que "em nenhum momento, a denúncia relata que houve por parte da Presidência da República, seja lá qual for, uma compra direta [de medidas provisórias]".

Indagado se o Ministério Público discorda de Lula ter sido ouvido pela PF, Paiva disse que não. "Não, não discorda. São decisões tomadas pelos investigadores, pelos delegados. O foco da investigação é o tráfico de influência e corrupção no Carf [Conselho Administrativo de Recursos Fiscais]. São investigações que prosseguem e são demoradas. Óbvio que a estrutura nossa é pequena. Consegui prazo no fim de dezembro para acelerar a análise das informações que a gente já tem. Há um volume enorme de informações a serem analisadas", disse.

A apuração de um possível esquema de corrupção no Carf gerou outra linha de investigação, a de suposto esquema de compra de medidas provisórias nos governos Lula e Dilma Rousseff em favor da indústria automobilística. As MPs concederam benefícios fiscais a montadoras.

O grupo de acusados, que envolve ex-conselheiros do Carf, teria intercedido em prol de montadoras na tramitação de ao menos três medidas provisórias que dão benefícios fiscais ao setor. Essa investigação gerou a primeira denúncia da Zelotes, em novembro, e agora os acusados apresentam testemunhas de defesa. O Ministério Público não apresentou testemunhas de acusação.

Enquanto conversava com jornalistas, o procurador foi interpelado por um dos réus, o lobista Alexandre Paes dos Santos, conhecido como APS, que está preso preventivamente desde outubro.

"A defesa pode dar entrevista?", perguntou APS, interrompendo a conversa do procurador, que respondeu: "Pode, pode fazer as perguntas".

APS disse então que só conhecia Paiva pela denúncia. "Eu não sabia quem era o senhor. Só tinha visto no processo seu nome e nunca tinha visto o senhor". O procurador indagou "E gostou?". APS respondeu: "É bom saber quem me acusa, né?". Paiva riu e disse: "Eu não acuso, eu sou Ministério Público, eu sou um servidor público. Represento uma instituição".

Nesta segunda-feira, juiz federal Vallisney Oliveira, da 10ª Vara, em Brasília, começou a ouvir as testemunhas de defesa dos 15 réus da Zelotes. O ex-ministro Gilberto Carvalho e o atual secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo Oliveira, foram convocados a prestar depoimento como testemunhas na defesa de APS. Eles já chegaram ao tribunal e devem ser ouvidos na parte da tarde.

Oliveira e Carvalho tiveram os sigilos fiscal e bancário quebrados a pedido dos procuradores, em outro inquérito da Zelotes - e não na investigação que gerou a denúncia e as audiências desta semana. Eles foram apontados como supostos "elos" da quadrilha no poder Executivo. Seus nomes apareceram em material apreendido junto aos réus durante a investigação. Ambos negam as acusações. O procurador Frederico Paiva disse que o material obtido a partir das quebras de sigilo de Carvalho e Oliveira ainda não foi analisado.

Lula também havia sido arrolado pela defesa de APS para testemunhar, mas na tarde de sexta-feira os advogados do lobista informaram que haviam desistido de ouvir o ex-presidente.

O Globo On-Line

Testemunhas da Zelotes defendem atividade de lobby

25/01/2016

O ex- ministro Gilberto Carvalho vai prestar depoimento na tarde desta segunda-feira

BRASÍLIA - Nos primeiros depoimentos de testemunhas no processo da Operação Zelotes aberto na Justiça Federal de Brasília, a estratégia da defesa dos réus é mostrar que a atividade de lobby é legítima e não significa prática de corrupção. Até o momento foram ouvidas quatro testemunhas arroladas pela defesa, das quais três defenderam o lobby.

A Operação Zelotes começou investigando irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), ligado ao Ministério da Fazenda. Conselheiros receberiam propina para reduzir e anular multas aplicadas aos contribuintes pela Receita Federal. Depois, os investigadores também passaram a analisar possível venda de trechos de medidas provisórias para beneficiar algumas montadoras, entre elas a Ccoa, representante da Hyundai, e a MMC Automotores, fábrica da Mitsubishi no Brasil. São 15 réus, dos quais seis estão presos.

Uma das testemunhas foi Vicente Alessi, que foi assessor de imprensa da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) entre 1987 e 1989, quando trabalhou com Francisco Mirto Florêncio da Silva, um dos réus. Questionado sobre fatos ocorridos depois de deixar a associação, ele não soube responder, mas tratou de defender Mirto na época em conviveram na Anfavea.

- Eu acho perfeitamente legítimo (o lobby) - disse Vicente Alessi, acrescentando: -Francisco Mirto mostrava para nós no dia a dia que era possível fazer lobby de maneira rigorosamente limpa, decente, honesta e com absoluta clareza.

Outra testemunha ouvida foi a cientista social Andréa Cristina de Jesus Oliveira Gozzeto, especialista em lobby. Segundo ela, trata-se uma atividade lícita, embora a palavra tenha recebido uma conotação negativa. Ela também afirmou que a palavra final é do tomador de decisão, ou seja, de quem tem um cargo público.

- Qualquer defesa de interesses é atividade de lobby - disse a acadêmica, acrescentando: - Essa palavra começou a ser usada pela mídia como sinônimo de corrupção.

O advogado Marcelo Leal, que defende o lobista Alexandre Paes dos Santos, o APS, lembrou que associações de magistrados e integrantes do Ministério Público também atuam no Congresso Nacional em prol de seus interesses.

A mulher de APS, Maura Lúcia Montella de Carvalho, também prestou depoimento defendendo a atividade. Ela negou inclusive que a linguagem cifrada seja para esconder corrupção. Professora universitária, ela trabalhou no Senado entre 2013 e 2015.

- Quando fala cifrado, é porque não quer que aquela informação caia para o concorrente - disse Maria Lúcia.

Em entrevista no intervalo da sessão, o procurador da República Frederico Paiva disse que não há intenção de criminalizar a atividade de lobby. Ele lembra que o Ministério Público (MP) só conseguiu os poderes que detém hoje graças ao lobby na Assembleia Constituinte que redigiu a Constituição de 1988. Paiva também destaca que, até hoje, por meio da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), o MP acompanha projetos que tramitam no Congresso.

- Em nenhum momento a denúncia procura criminalizar o lobby. O que é bem claro é que, por meio de interpostas pessoas, empresas de fachada, era passado dinheiro para alguns intermediários e parte desse dinheiro era para servidores públicos - afirmou Paiva.

Segundo ele, os advogados querem tumultuar o processo.

- A busca dos advogados é tentar tumultuar, divergir de uma linha que a gente vem adotando, que é estritamente jurídica. Então é muito triste ver que advogados caros, bem remunerados não conseguiram trazer uma testemunha até agora que tenha tido relação com os fatos - disse Paiva.

A primeira testemunha a ser ouvida foi José Jesus Alexandre da Silva, funcionário do réu Hallysson Carvalho Silva. Ele disse não saber como seus dados podem ter sido usados por Hallysson para, supostamente, cometer crimes.

Em função de problemas técnicos no sistema de gravação do áudio, a sessão foi suspensa e deverá ser retomada à tarde. Está previsto o depoimento de mais 12 testemunhas nesta segunda-feira, entre elas o ex-ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência da República) e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo Oliveira. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, arrolado como testemunha por APS, foi dispensado pelo réu e não prestará depoimento.

Jus Brasil

Operação Zelotes: Justiça começa a ouvir testemunhas em Brasília

25/01/2016

Começaram há pouco, em Brasília, os primeiros depoimentos das testemunhas indicadas por réus da Operação Zelotes. Para hoje (25), a previsão é que o juiz Vallisney de Souza Oliveira, titular da 10ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, ouça as dez testemunhas indicadas pelos réus Hallysson Carvalho e Francisco Mirto Florêncio da Silva.

A Operação Zelotes investiga a manipulação de julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), do Ministério da Fazenda, além da suposta compra de medidas provisórias.

A primeira audiência para ouvir as testemunhas estava marcada para sexta-feira (22), mas foi adiada para hoje, pois um dos denunciados, Fernando César de Moreira Mesquita, não foi intimado. Nesta fase de depoimentos, estão incluídas 98 testemunhas que foram indicadas pelos réus e pelo juiz.

Valor On-Line

Gilberto Carvalho depõe como testemunha de defesa na Operação Zelotes

25/01/2016

BRASÍLIA - O juiz federal Vallisney Oliveira, da 10ª Vara, em Brasília, começa a ouvir nesta segunda-feira as testemunhas de defesa dos 15 réus da Operação Zelotes. O ex-ministro Gilberto Carvalho e o atual secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo Oliveira, foram convocados a prestar depoimento como testemunhas na defesa do lobista Alexandre Paes dos Santos, conhecido como APS.

A operação apura fraudes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) por meio de lobby e corrupção em favor de grandes contribuintes. A investigação aponta que um grupo de lobistas, incluindo aí ex-conselheiros do Carf, negociou decisões em favor de algumas empresas ao longo dos anos.

Em outra frente de investigação, a Zelotes apura suposto esquema de compra de medidas provisórias nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff em favor da indústria automobilística. As MPs concederam benefícios fiscais a montadoras.

Oliveira e Carvalho tiveram os sigilos fiscal e bancário quebrados a pedido dos procuradores. Eles foram apontados como supostos "elos" da quadrilha no poder Executivo. Seus nomes apareceram em material apreendido junto aos réus durante a investigação.

Um relatório da Polícia Federal aponta suposto "conluio" entre Carvalho e o grupo. Já Oliveira foi secretário-executivo do ministério do Planejamento em 2009 e 2010, durante a tramitação de duas medidas provisórias que estão sendo investigados, a 471/2009 e a 512/2010. Eles negam as acusações.

Nesta segunda-feira, no entanto, Carvalho e Oliveira serão ouvidos como testemunhas, e não como acusados.